

Sindicato da PSP acusa Ministério da Administração Interna de tentar “branquear realidade” da polícia

written by O Cidadão | 10 de Novembro, 2023



“A vontade política não foi demonstrada em termos efetivos. Não podem ficar apenas pelos anúncios, não podemos ficar apenas pela vontade. Não temos dados objetivos que nos

permitam dizer que houve uma expressa vontade política efetiva de resolver os problemas da polícia”, disse o presidente da ASPP, Paulo Santos.

Após o Presidente da República ter dissolvido a Assembleia da República e marcado eleições para 10 de março na sequência da demissão do primeiro-ministro, Antonio Costa, o presidente do maior sindicato da PSP afirmou que as respostas que este Governo deu *“ficaram muito aquém daquilo que era o necessário”*.

Sobre José Luís Carneiro, que já anunciou que será candidato a secretário-geral do PS nas eleições internas diretas que se vão disputar em 15 e 16 de dezembro, Paulo Santos afirmou que o ministro apenas deu *“respostas conjunturais e assistencialistas”*, faltando uma resposta aos principais problemas, nomeadamente alteração às tabelas remuneratórias e dos suplementos pagos aos polícias.

“Há uma tentativa de branquear a realidade”, disse, frisando que o ministro da Administração Interna, “apesar de já conhecer os processos e demonstrar alguma sensibilidade, tem dado respostas sempre ao lado da opinião” dos sindicatos.

Para Paulo Santos, o ministro *“não tem respondido de forma concreta aos problemas”*, como a falta de atratividade da carreira e de salários que respondam à falta de candidatos para PSP.

O presidente da ASPP acusou também o ministro da Administração Interna de ter aplicado as regras e os resultados das reuniões da concertação social, onde os sindicatos da PSP não têm direito a estar presentes, e tem colocado a carreira especial de polícia numa carreira geral da administração pública, o *“que não é o correto”*.

Esta semana, os dirigentes da ASPP estiveram reunidos com José Luís Carneiro, mas da reunião não saiu nada em concreto.

“Tivemos a percepção no dia da reunião que o ministro estava com um pé no Ministério da Administração Interna e outro pé noutro lado qualquer”, ironizou.

Os dirigentes do maior sindicato da Polícia de Segurança Pública foram hoje recebidos, em audiência, pela Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito da apreciação, na especialidade da proposta do Orçamento do Estado para 2024.

Paulo Santos disse que a reunião foi pedida pelo sindicato **para dar conta de que está contra o documento** e que há alguns pontos que necessitam de ser corrigidos, nomeadamente para que sejam alteradas as atuais regras da **pré-aposentação dos polícias** e o valor do **subsídio de risco**.

A ASPP faz parte da Comissão Coordenadora Permanente (CCP) dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança, que tem um protesto marcado para **22 de novembro** junto à residência oficial do primeiro-ministro para exigir **alterações ao Orçamento do Estado**.